

## EDITORIAL

# Com clareza ganha-se eficiência

Da Conferência Internacional comemorativa dos 20 anos da assinatura do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde saiu pelo menos uma novidade: O doutor João Serra, Governador do BCV, foi claro a defender que a adesão de Cabo Verde à moeda única da CEDEAO não vale a pena. Justificou a sua declaração afirmando que “nós quase não temos relações económicas com a África: quer com a CEDEAO, quer com a África no seu todo. E continuou: “90% das nossas importações vêm da Europa, 90 das nossas exportações vão para a Europa, 90% das nossas remessas dos emigrantes vêm da Europa, 90% dos investimentos externos vêm da Europa” pelo que Cabo Verde não tem vantagens em alterar a sua ligação. O facto curioso é que insistiu em dizer que fazia a defesa dessa posição do “ponto de vista técnico”.

Os dois políticos presentes na abertura e no fecho da conferência, respectivamente o Vice-primeiro ministro e o primeiro-ministro, não aproveitaram a ocasião para clarificar qual é realmente a opção política definitiva quanto ao futuro da moeda nacional. Limitaram-se a apoiar o acordo cambial existente, mas lembrando o VPM o “enquadramento africano e a perspectiva de criação de moeda única africana” e o PM a necessidade da “âncora na Europa, mas sem prejuízo da integração regional”. Mesmo com os dados sobre as relações económicas com a África apresentados pelo governador do banco central a preferência foi manter uma posição ambígua sobre a matéria. Para revelar a

sua posição o governador teve que se socorrer da sua condição enquanto técnico.

É evidente que o país nada ganha com a falta de clareza em questões fundamentais. Dissipam-se recursos, não se age estrategicamente e dificilmente se consegue manter a motivação e o foco da nação no que realmente precisa fazer para vencer os desafios do desenvolvimento. Várias serão as razões por que colectivamente se persiste nesta atitude tão perniciosamente de não confrontar a realidade como ela se apresenta. Entre elas estará a sempre presente tentação de atirar os problemas para debaixo do tapete, como se aí desaparecessem ou se resolvessem por si próprios. Não deixarão de contribuir também os vestígios de amarras ideológicas e de sentimentalismos bacocos, que outrora serviram para legitimar regimes anti-democráticos e para sustentar engenharias sociais duvidosas, como projectos de construção de nações e do homem novo. Só assim se explica que, mesmo com a economia a funcionar em 90% com a Europa, quer-se é integração africana, e pouco interessa para o caso que o professor doutor João Estêvão, nessa conferência do BCV, tivesse demonstrado que desde do século dezoito a relação económica de Cabo Verde com África sempre foi marginal. Ou que recentemente, na sequência da rejeição da presidência cabo-verdiana da CEDEAO, o governo tenha achado por bem criar uma pasta ministerial de integração africana. Ninguém percebeu a estratégia por detrás dessa iniciativa. Talvez mais um caso de sentimentos a sobrepor-se a interesses.

Mais complicado ainda é que, sem se definir ao mais alto nível e sem ambiguidades o futuro da política monetária do país, se procure aprofundar o acordo cambial na perspectiva de aumentar a linha de crédito que suporta a convertibilidade do escudo caboverdiano. Inicialmente estimada em 50 milhões de euros, parece que hoje é considerada insuficiente não só porque a economia de Cabo Verde tem uma outra dimensão como, particularmente depois da liberalização de capitais, o BCV, segundo o governador na sua intervenção, perdeu a sua “função de prestamista de última instância”. O levantamento do controlo do movimento de capitais tem um preço: pode potenciar ataques especulativos à moeda cabo-verdiana. E como acrescenta o governador isso pode acontecer mesmo “num contexto de disciplina de disciplina macroeconómica”.

O aumento na linha de cré-

dito de apoio cambial serviria também para apoiar em caso de acção de especuladores. O problema é se quem faculta a linha de crédito o faz contando com essa possibilidade e considerando os riscos inerentes. O economista americano Jeffrey Sachs, quando liderou a equipa técnica que dirigiu todo o processo de convertibilidade do zloty polaco nos fins dos anos oitenta e início de noventa, foi peremptório em dizer que a marca de maior sucesso do processo foi o facto de nunca ter sido necessário recorrer a linha de crédito criada para o suportar. Com isso reforçaram grandemente a confiança na sustentabilidade da convertibilidade do zloty. Nesta perspectiva, parece pior sugerir que alguma vez linhas de crédito similares sirvam para responder a ataques especulativos contra a moeda nacional. Ainda por mais, como é caso, quando não há clareza total do que se pretende no futuro com a “integração africana”.

Apesar das críticas vindas de vários quadrantes, optou-se por liberalizar completamente o movimento de capitais. Supõe-se que no processo de decisão tiveram em devida conta a história económica de vários países, em particular dos apanhados pela crise de 1997 e os problemas posteriores do Brasil, Argentina e Rússia, que aconselharam a manutenção de controlos na saída de capitais. No mesmo sentido aponta o caso recente da Turquia, que assistiu em poucos dias à queda do valor da sua moeda em 40%. No caso de Cabo Verde está-se para ver os influxos de capitais que a liberalização poderá facilitar e como os benefícios irão contrapor-se aos eventuais riscos. A vontade geral é que tudo corra bem. Para assegurar isso é importante clareza nas políticas, agir com pragmatismo e não deixar-se apanhar nem pela ideologia, nem por sentimentalismos. **IE**

**Humberto Cardoso**

## CARTOON



### Ficha Técnica:

**Propriedade:** Média Comunicações SA // **Director:** Humberto Cardoso // **Director-Adjunto:** António Monteiro  
**//Redacção Praia:** André Amaral, Dulcina Mendes, Jorge Montezinho e Sara Almeida // **Paginação:** Jaime Garcia, Heder Soares  
**//Colunistas/Colaboradores:** Adriana Carvalho, Chissana Magalhães, Eurídice Monteiro, José Almada Dias, Manuel Brito-Semedo, César Monteiro // **Cartoonista:** Yuran Henrique  
**Contactos:** PBX: 261 98 07 • Fax: 261 98 08/261 96 91 • **Direcção:** 261 98 05 • **Comercial:** 261 98 08/262 27 92 // **E-mail:** expressodasilhas@yahoo.com.br; jornal@expressodasilhas.publ.cv  
**Site:** www.expressodasilhas.cv • **Sede:** Avenida OUA, N.º 21, ASA, Praia – Cabo Verde • **CP** 666 • **Tiragem:** 3.000 exemplares • **Impressão:** Tipografia Santos

O futuro do regime cambial de Cabo Verde

# Qualquer um menos a adesão

O acordo cumpriu a sua função nas duas décadas da sua vigência. Da parte cabo-verdiana e da parte portuguesa a opinião foi unânime: estamos perante um caso de sucesso. No entanto, isso não impede que se procurem outras vias para aprofundar o que já foi conquistado. Um dos caminhos será o de aprimoramento os mecanismos de funcionamento, outro poderá ser o da euroização da economia cabo-verdiana. De lado parece estar uma terceira hipótese, a adesão à moeda única da CEDEAO, possibilidade desaconselhada por todos, a começar pelo próprio governador do Banco de Cabo Verde.

Jorge Montezinho

“Decorridas duas décadas desde a assinatura do Acordo de Cooperação Cambial entre a República de Cabo Verde e a República de Portugal, apraz-me afirmar que o escudo cabo-verdiano conquistou as tão almejadas estabilidade nominal e credibilidade que nortearam a assinatura do Acordo”, resumiu o governador do Banco de Cabo Verde, João Serra, no discurso de abertura da Conferência Comemorativa dos 20 anos da Assinatura do Acordo de Cooperação Cambial.

Desde Abril de 1998 que vigora o Acordo de Cooperação Cambial (ACC) entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa, que após Janeiro de 1999 envolveu uma paridade fixa do escudo cabo-verdiano (CVE) ao Euro. Os objectivos do ACC são garantir a estabilidade nominal de Cabo Verde, aprofundar os laços da economia cabo-verdiana a Portugal e à Europa e sustentar reformas conducentes à abertura e modernização da economia. Os instrumentos do ACC são,

para além da paridade fixa, uma facilidade condicional de crédito de curto prazo do Tesouro da República Portuguesa ao Tesouro da República de Cabo Verde e a adopção por Cabo Verde dos critérios macroeconómicos de referência dos Estados-membros da União Europeia.

Aos desequilíbrios orçamentais, financeiros e nas contas externas observados em 1999-2000 seguiu-se um período de recuperação em 2001-2004, o qual assentou em apoio internacional e em políticas domésticas adequadas. A partir de 2005 foram consolidados equilíbrios, aceleradas reformas estruturais e capitalizados integralmente os benefícios da estabilidade nominal.

No cômputo, a evolução da economia cabo-verdiana após 1998 foi notável e completamente distinta da evolução da maioria dos países africanos, bem como das economias com características semelhantes mas com regimes cambiais diversos.

Cabo Verde logrou um ele-

vado grau de convergência real com Portugal e com a Europa, quer nos ciclos quer no crescimento do nível de vida real médio. A convergência nominal foi provavelmente ainda mais assinalável.

O ACC aprofundou, conforme pretendido, a abertura da economia de Cabo Verde e as suas relações com Portugal e com a Europa. Esse aprofundamento teve impactos visíveis no padrão de especialização produtiva e de comércio externo do país, bem como na estrutura da sua Balança de Pagamentos.

Esta ligação forte com o espaço europeu reflecte-se tanto nas relações comerciais, como no Investimento Directo Estrangeiro e na procura turística actual. Além disso, as remessas da União Europeia representam 2/3 das remessas totais dos emigrantes. Outro impacto teve a ver com a recuperação das reservas internacionais (actualmente, à volta de seis meses de importação).

“20 anos depois, a avaliação que fazemos é muito po-



sitiva”, reforçou o Ministro das Finanças Olavo Correia, em conversa com os jornalistas. “Conseguimos estabilidade para o país, atraímos mais IDE, temos uma âncora nominal, cumprimos com o critério de convergência. Claro que 20 anos depois a economia cabo-verdiana é hoje diferente e podemos perfeitamente aprimorar os mecanismos do acordo”.

Esta é a questão actual em cima da mesa, para onde deve seguir o Acordo de Cooperação Cambial? Carlos Costa, Governador do Banco de Portugal, lançou o mote: “Rela-

tivamente ao futuro quando pensarem em ancorar novamente o vosso barco, não pensem trocar águas tranquilas por águas mais agitadas”. Mas coube ao professor universitário João Loureiro, da Faculdade de Economia do Porto, avançar o que pode ser o futuro do ACC.

João Loureiro é também um dos autores da avaliação do acordo, feita há dez anos. Segundo o académico, todas as possibilidades avançadas pelo relatório de 2008 continuam actuais. Nessa altura, apontaram-se cinco caminhos possíveis para a ligação de Cabo Verde ao Euro: (I) a



# à moeda única africana



manutenção do actual regime de câmbios fixos (eventualmente, com algumas actualizações), (II) a adopção de um *Currency Board* e a euroização, sendo que, neste último caso, consideravam-se três possíveis modalidades – (III) euroização unilateral, (IV) dupla circulação e (V) euroização com base num Acordo tripartido.

“As decisões acerca dos regimes cambiais são sempre políticas. Sempre”, disse João Loureiro, “e às vezes tomam-se decisões que são complicadas para os bancos centrais. Porque na prática os governos decidem, mas quem tem de

fazer a gestão do regime cambial é o banco central. E às vezes fica com uma batata quente na mão. A decisão é política, a gestão é técnica. Se o regime tem funcionado tão bem, vamos mexer?”.

E Cabo Verde tomou recentemente uma decisão importante, liberalizar a balança financeira, com a liberdade de circulação de capitais. A decisão de adoptar a livre circulação, da mesma forma que é capaz de atrair mais dinheiro também pode dar origem à sua saída, se houver uma fuga de capitais. Além disso, o país passa a estar mais sujeito a ataques especulativos do que

estava anteriormente. “O BCV diz que está previsto a reintrodução de restrições cambiais em caso de haver problemas, ora isso seria o pior que podia acontecer. Depois de decidir liberalizar, haver problemas e reintroduzir restrições para isso valia mais não ter liberalizado”, avisa o professor da Faculdade de Economia do Porto.

A solução? Para João Loureiro é aprofundar o regime de câmbios fixos. “Porque não passar para o regime de câmbios super fixos? Torna mais difícil voltar para trás e ao mesmo tempo elimina o problema da especulação. Como

se passa para este regime de câmbios super fixos? Com a euroização. Vinte anos é muito tempo. Eu diria que o escudo cabo-verdiano andou num namoro com o euro, e agora é mais do que isso, é comunhão, é uma união de facto. Vinte anos de namoro e agora de união de facto, não é altura de casar?”.

“A minha recomendação seria, não tivesse havido a liberalização de capitais, manter o actual regime, esperar para ver. Tenho dúvidas que a recomendação continue a ser a mesma depois da liberalização de capitais. Isso alterou radicalmente as coisas e aí já não tenho a mesma certeza de dizer esperem para ver”, concluiu João Loureiro.

## Moeda única da CEDEAO

Há uma terceira via que pode ser seguida, a adesão à moeda única da CEDEAO, mas esta é a possibilidade que menos agrada. A começar pelo próprio governador do Banco de Cabo Verde. “A adesão de Cabo Verde à moeda única da CEDEAO não vale a pena, não trará benefícios que potencialmente poderiam suplantar os benefícios que temos agora com o regime fixo do escudo face ao euro”, disse João Serra.

Esta nova Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO) foi proposta em 2000, para ser realizada em 2003 e conduzida à fusão com o Franco CFA, da UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental), em 2004. Os comunicados das Cimeiras de Abril e Novembro desse ano falam de seis países que se comprometeram com um programa faseado para a criação da moeda única – Gâm-

bia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa. Em 2004, os comunicados de duas novas Cimeiras (sem a Libéria, que se afastou do processo) falavam da futura moeda da zona, o Eco, como uma realidade para Julho de 2005, devendo circular durante algum tempo conjuntamente com o Franco CFA, até se fundirem numa só moeda para a região. Em Maio de 2009, o Conselho de Convergência da CEDEAO aprovou um roteiro revisto para a realização da moeda única em 2020. Esperava-se, então, que em 2014 estariam concluídos os instrumentos legais e organizacionais para a criação da ZMAO em 2015 e a introdução do Eco, prevenindo-se a criação da zona única em 2020. Há cinco anos, o então Primeiro-Ministro José Maria Neves era um dos entusiastas: “pensamos que devemos rapidamente avançar com a segunda zona monetária e Cabo Verde está a estudar a possibilidade de adesão a esta segunda zona monetária”, dizia o antigo Chefe do Governo.

Hoje, este entusiasmo não é tão evidente. “Tendo em conta as características da economia cabo-verdiana, economia virada quase exclusivamente para a Europa, 90 por cento das nossas importações vêm da Europa, 90 por cento das nossas exportações vão para a Europa, 90 por cento das remessas dos emigrantes vêm da Europa, 90 por cento do IDE vem da Europa. Cabo Verde não tem vantagens a curto e médio prazo em não ancorar o seu regime cambial porque quase não temos relações comerciais com África, quer com os países que constituem a CEDEAO, quer com África no seu todo”, resumiu João Serra. ■

João Estêvão

# Não é altura para aventuras



Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, onde tem trabalhado, entre outras, nas áreas da Economia do Desenvolvimento e da História Económica e Social e Economia dos Pequenos Estados Insulares, João Estêvão foi um dos oradores na conferência sobre os 20 anos do Acordo de Cooperação Cambial. E em conversa com o Expresso das Ilhas, falou dos desafios que se colocam actualmente a Cabo Verde.

Jorge Montezinho

**Disse na sua palestra que o principal desafio de Cabo Verde, antes de mais, é o estabelecimento de um modelo económico de desenvolvimento. Que modelo?**

O que quero dizer é a necessidade de se tentar encontrar resposta para os estrangulamentos cíclicos. Continuamos a viver com actividades que funcionam, mas não se ligam a outras actividades. Por exemplo, o turismo tem pouca articulação com o resto, e isso corresponde a uma situação de fraca articulação dos sectores de actividade. E depois há o problema inter-ilhas, que também é muito grave. No fundo, há um problema de construção de um modelo que permita que se tire partido daquilo que vem de fora, como o turismo, e que permita que as diferentes ilhas também possam caminhar para situações, não digo iguais, mas semelhantes.

**É um especialista em economia de desenvolvimento, porque acha que este modelo ainda não conseguiu estabelecer-se?**

É uma questão complicada. Houve uma altura em que se pensou

em Cabo Verde que seria possível que a transformação passasse por uma fase de criação de actividades industriais. Não digo industrialização. O que acontece posteriormente, sobretudo após a abertura, é que acabou-se por se assumir a ideia que a especialização de Cabo Verde é uma economia de serviços. Independentemente dos progressos que houve, a verdade é que houve uma relativa desindustrialização, o esgotamento da capacidade de algumas actividades e também tem estado muito longe da mente dos governantes a maneira de transformar outras actividades.

**Como por exemplo?**

Como por exemplo a agricultura. Porque não caminhar devidamente para uma situação de industrialização da agricultura? Cabo Verde tornar-se um país capaz de exportar certo tipo de produtos. Falta esta visão integrada da economia cabo-verdiana, integrada sectorialmente e integrada territorialmente. Essa é a grande questão.

**Os problemas de Cabo Verde acabam por reflectir as dificuldades que atravessa o próprio continente, onde se deu o salto da agricultura para os serviços sem passar por essa**

**fase da industrialização. Os níveis de desemprego dispararam porque as pessoas vieram do campo para as cidades, mas não têm a formação necessária para trabalharem nos serviços. Faltou, de facto, um passo?**

Faltou um passo. Historicamente, a indústria desenvolveu-se muito absorvendo a mão-de-obra libertada pelos campos. E a actividade industrial tem uma outra função importante que é contribuir para o progresso tecnológico de um país, para a sua difusão, etc., ora, os serviços não fazem isso necessariamente. Portanto, este passo intermédio é fundamental para isso. É fundamental para a criação de emprego, é fundamental para gerar dinâmicas transformadoras na sociedade. Não me parece que os serviços façam isso e isso falta no modelo de desenvolvimento cabo-verdiano.

**É assumido pelos governantes cabo-verdianos que o arquipélago não tem capacidade produtiva. Mas também é verdade que é um país que passou grande parte da sua existência a fazer reciclagem de ajuda externa. Faltou fazer também essa transição? Desabituar o país da ajuda**

**externa e torna-lo produtivo por si mesmo?**

Vamos lá ver uma coisa, na primeira fase dessa reciclagem da ajuda externa houve muito a ideia que Cabo Verde podia industrializar-se. Houve essa tentativa. Só que era uma ideia falsa porque Cabo Verde não tem dimensão para isso. Ou seja, a criação dessas actividades passa pela capacidade de existirem empresários cabo-verdianos que consigam construir parcerias com outros empresários. Com a ausência da dimensão, é necessário que a actividade a ser construída seja articulada com parcerias externas, sem isso não se consegue. O caso dos serviços, do turismo, é diferente. O turista vem, consome e vai embora. A produção industrial não funciona assim, tem de ser exportada e isso significa ter capacidade para isso. Ou o país é de grande dimensão e consegue fazer esse percurso, ou não tendo dimensão não faz isso sozinho. Não se cria emprego, não se transforma a produtividade de um país sem esse passo intermédio.

**Falando um pouco do tema que o trouxe a Cabo Verde, o Acordo de Cooperação Cambial. 20 anos depois, podemos afirmar que o ACC cumpriu a sua missão?**

Penso que no essencial cumpriu a sua missão. Cabo Verde conseguiu um ajustamento impressionante. Cumpriu. Tem uma inflação ao nível da europeia. Tem uma capacidade de reserva importante. E uma coisa curiosa, é que a própria população cabo-verdiana veio interiorizando isso. Hoje a população cabo-verdiana funciona perfeitamente em euros, isso é uma transformação colectiva muito grande. O acordo foi importante, teve sucesso e é uma aventura deixar o acordo e pensar noutras coisas.

**Já vamos falar da aventura, mas antes disso, o aprofundamento do ACC será fundamental, ou deve avançar-se para a falada euroização?**

O aprofundamento é mais técnico, é mais a resolução de questões pontuais. O aprofundamento não tem outro sentido que esse. Eu penso que, se as coisas continuarem como estão, mais tarde ou

mais cedo a euroização vai acontecer. E se eu tenho algumas reticências é porque esse será um processo longo.

**União monetária africana não recomenda.**

Pessoalmente, não. Está mais do que provado que as diferenças são abissais. Isso não quer dizer que Cabo Verde não deva construir a integração na CEDEAO, agora, o acordo monetário não me parece que seja viável. São países praticamente sem contactos comerciais, com tradições institucionais diferentes, níveis de inflação diferentes. Seria uma aventura. O acordo é bom, resolveu muita coisa e penso que é nesse sentido que Cabo Verde deve seguir: na progressão com o acordo.

**Voltando ao desenvolvimento. Uma última questão. Cabo Verde quer, há muito, assumir-se uma plataforma de serviços. Há outros países que a estão já a desenvolver. Ainda há tempo ou já se começa a perder um pouco o comboio?**

É preciso ver que plataforma se está a pensar. Aqui há um dado que é importante ter em conta em Cabo Verde quando se fala que podemos ser uma plataforma de serviços para a África Ocidental: a África Ocidental já tem uma potência de serviços que é o Senegal. Cabo Verde tem capacidade de concorrer com o Senegal? Penso que estas coisas são sempre muito interessantes, mas da minha formação de economista gosto de ver uma economia a construir coisas que se integram e permitam que se umas não funcionarem outras funcionam do que estar a dizer a nossa função é esta. Isso é mais complicado.

**Ou seja, aquilo que defendeu há pouco, primeiro integrar, por exemplo, o turismo na economia local e integrar as diferentes ilhas na economia nacional e depois pensar no resto.**

Naturalmente. Continuo a não ver muito sentido no modelo all-inclusive. O turista que vem cá deve ser um consumidor da economia local.